



1                   **ATA DA 104ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**  
2                   **RECURSOS HÍDRICOS – CEHIDRO.**

3   Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 14h15min,  
4   por videoconferência, através da plataforma Zoom, ocorreu a 104ª Reunião  
5   Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte  
6   pauta: 1. Conferência de quórum; 2. Aprovar a Ata da 103ª Reunião Ordinária; 3.  
7   Deliberar quanto a minuta de Resolução CEHIDRO nº 174, de 08 de fevereiro de  
8   2024, que revoga a Resolução CEHIDRO nº 160, de 09 de março de 2023; -  
9   Processo SEMAPRO202333521. 4. Informes. A reunião foi presidida pelo  
10   Secretário Executivo, Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli e, assessorado pela  
11   Sra. Danielly Guia da Silva, secretária do CEHIDRO. Registrou a presença dos  
12   seguintes Conselheiros: Sra. Ellen Kenia Kuntze Pantoja, representante da **SEMA**;  
13   Sr. Edson Martins da Silva, representante da **SEPLAG**; Sr. Rogerio da Costa  
14   Arantes, representante da **SEAF**; Sra. Camila Bez Batti Souza, representante da  
15   **SEDEC**; Sr. Ibraim Fantin da Cruz e Sr. Frederico Terra de Almeida, representantes  
16   da **UFMT**; Sra. Solange Aparecida Arrolho da Silva, representante da **UNEMAT**;  
17   Sra. Suzan Lannes de Andrade e Sra. Inês Martins de Oliveira Alves, representantes  
18   da **ABES**; Sr. José Roberto Ribeiro, representante da **ABAS**; Sr. Kaio César Dias  
19   Bueno e Sra. Bruna Moreira Dias Moura, representantes da **AMM**; Sra. Pamela  
20   Natália Cigerza Martins Alegria, representante da **OAB**; Sra. Pâmela Sangaleti de  
21   Souza, representante da vaga 01 dos **CBH-RH Amazônica**; Sra. Ethiane Agnoletto,  
22   representante da vaga 02 dos **CBH-RH Amazônica**; Sra. Daniela Maimoni de  
23   Figueiredo, representante da vaga 02 dos **CBH-RH Paraguai**; Sr. Rafael Pedrollo  
24   de Paes, representante da **ABRHidro**; Sr. Walter Corrêa Carvalho Junior,  
25   representante do **IESCBAP**; Sra. Tânia Regina Arévalo de Camargo, representante  
26   da **FAMATO**; Sra. Kálita Cortiana Seidel, representante da **FIEMT**; Sr. Marcelus  
27   Mesquita, representante do **SINDENERGIA/MT**; Sra. Brenda Samara Barros  
28   Pereira, representante do **FONASC**; Sr. Álvaro Fernando Cícero Leite e Sra. Selma  
29   Arruda Cordeiro, representantes do **Instituto Ação Verde**; Sra. Alessandra Panizi  
30   Souza, representante da **APROFIR**; Sra. Leonice de Souza Lotufo, representante  
31   do **ITEEC BRASIL**; e, Sr. Francisco Egídio Cavalcante Pinho e Sra. Juliana Freitas





32 de Araújo, representantes da **AGEMAT**. O Presidente declara aberta a reunião e  
33 passa a conferência do quórum. Após, informa que houveram duas solicitações de  
34 inclusão de pauta: a primeira pela UFMT, que gostaria de apresentar o projeto  
35 "Monitoramento dos Recursos Hídricos para Implementação de Políticas Públicas  
36 que Garantam Segurança Hídrica e Alimentar no Sistema Planalto-Pantanal"; a  
37 segunda solicitação foi feita pela ABAS e AGEMAT, que requereram  
38 esclarecimentos por parte da SEMA quanto aos problemas enfrentados por técnicos  
39 e usuários do sistema Siga Hídrico. Colocada em deliberação, restaram aprovadas  
40 as duas solicitações de inclusão de pauta. Na sequência, passou-se a aprovação  
41 da ata da 103ª Reunião Ordinária do CEHIDRO. Que restou aprovada, por  
42 unanimidade, sem nenhuma alteração. Após, passou-se a deliberação quanto a  
43 minuta de Resolução CEHIDRO nº 174, de 08 de fevereiro de 2024, que revoga a  
44 Resolução CEHIDRO nº 160, de 09 de março de 2023. O Secretário Executivo  
45 explica que considerando que este conselho recebeu, em 29/11/2023, a decisão  
46 final quanto ao Mandado de Segurança Cível nº 1017801-26.2023.8.11.0000, onde  
47 o Poder Judiciário decidiu por conceder a ordem postulada pelo conselheiro João  
48 Clímaco de Mendonça Filho, declarando nula a decisão administrativa prolatada no  
49 Processo Ético Administrativo n. 418826/2021, e, por conseguinte, determinando o  
50 retorno do mesmo às funções. E, considerando que o CEHIDRO aprovou o parecer  
51 da Comissão de Ética constante no processo 418826/2021 através da Resolução  
52 CEHIDRO nº 160, de 09 de março de 2023, se faz necessário a revogação da  
53 mesma. A conselheira Brenda Barros diz que gostaria de ressaltar o que está na  
54 decisão a ser revogada, pois fere o princípio da legalidade. Enfatiza que o FONASC  
55 nas suas ações, nas suas atitudes, até quando critica as instituições, se mantém  
56 com esse princípio da legalidade, atua a partir desse princípio. A conselheira  
57 Alessandra Panizi pergunta se vão recorrer nesse processo. O Secretário Executivo  
58 diz acreditar que não irão recorrer. Finda as manifestações, restou aprovada, por  
59 unanimidade, a minuta de Resolução CEHIDRO nº 174, de 08 de fevereiro de 2024,  
60 que revoga a Resolução CEHIDRO nº 160, de 09 de março de 2023. Na sequência,  
61 passou-se a apresentação do projeto "Monitoramento dos Recursos Hídricos para  
62 Implementação de Políticas Públicas que Garantam Segurança Hídrica e Alimentar





63 no Sistema Planalto-Pantanal", pelo conselheiro Ibraim Fantin. Que inicia expondo  
64 os objetivos do projeto, que é instalar a rede de monitoramento hídrico  
65 multifuncional do sistema Planalto-Pantanal (REMHIPP) para a implementação de  
66 políticas públicas que garantam a segurança hídrica e alimentar no Sistema  
67 Planalto-Pantanal, de modo a ampliar o escopo de parâmetros da rede existente, e  
68 o acesso público de informações da Bacia. Diz que se trata de uma demanda trazida  
69 pelo edital da Finep, pois esse é um projeto financiado pelo Finep, que é um órgão  
70 do governo federal, a partir do qual submetemos uma proposta concorrendo com  
71 outras demandas do Brasil inteiro, e tivemos a felicidade de ser contemplados para  
72 desenvolver essa ação. Diz que está em construção o site onde serão  
73 disponibilizados os dados de acesso público do Projeto, mas também já está em  
74 conversas avançadas junto com a Agência Nacional de Águas, com o Sistema  
75 Nacional de Monitoramento, pois pretendem disponibilizar a nível federal. E  
76 também, estão conversando com o Laboratório da Sema, para contribuírem com os  
77 relatórios de monitoramento de recursos hídricos do estado. Expõe que a duração  
78 do projeto é de 36 meses (Janeiro de 2024 a Dezembro de 2026), com periodicidade  
79 trimestral (fevereiro, maio, agosto, novembro). Aponta que a área de estudo são os  
80 Rios Coxipó, Manso e Cuiabá, onde foram instalados pontos de coleta, sendo: 08  
81 convencionais, 02 de alta frequência e 02 em tromba de água. Explica cada tema  
82 de estudo do projeto, quais sejam: Tema A: Hidrossedimentologia/Geomorfologia;  
83 Tema B: Qualidade da água e dos sedimentos; Tema C: Ecotoxicidade; Tema D:  
84 Peixe e Pesca; Tema E: Governança das Águas; e, Tema F: Monitoramento da  
85 Água em Alta Frequência. Destaca as metas pretendidas: Base de dados hídricos,  
86 integralmente de acesso público, disponível no Hidroweb (ANA); Mapa de riscos de  
87 ecotoxicidade e genotoxicidade da água; Mapas de classificação de risco da  
88 segurança hídrica; Incentivo à Ciência Cidadã com a formulação e disponibilização  
89 de um aplicativo para monitoramento de pesca; Formação de recursos humanos em  
90 nível de graduação, mestrado e doutorado com habilidades e competências em  
91 gestão e monitoramento de recursos hídricos; Fortalecimento dos Laboratórios da  
92 UFMT, com o desenvolvimento de novas áreas de pesquisa; Divulgação científica  
93 dos modelos e dados obtidos sobre o monitoramento do recurso hídrico; e,





94 Workshop e oficinas para capacitação sobre monitoramento de recursos hídricos.  
95 Por fim, expõe que está sendo criado um Comitê de Acompanhamento para  
96 monitorar a execução das ações, o cumprimento das metas e a gestão dos dados,  
97 composto por: Pró-reitora de Pesquisa (UFMT); Fundação Uniselva; Coordenação  
98 REMHIPP; Laboratório de Monitoramento Ambiental (SEMA-MT); Promotoria da  
99 Bacia Hidrográfica do Rio Cuiabá (MPMT); Instituto Chico Mendes de Conservação  
100 da Biodiversidade (ICMBio); Sesc-Pantanal; Conselho Estadual de Recursos  
101 Hídricos (CEHIDRO) – *sob consulta*; Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do  
102 Rio Cuiabá – *sob consulta*. O Secretário Executivo pergunta se o conselho tem  
103 interesse em compor o Comitê de Acompanhamento do projeto de "Monitoramento  
104 dos Recursos Hídricos para Implementação de Políticas Públicas que Garantam  
105 Segurança Hídrica e Alimentar no Sistema Planalto-Pantanal". Do que não teve  
106 manifestações em contrário. O Secretário Executivo então propõe que o conselheiro  
107 Ibraim Fantin encaminhe um ofício ao CEHIDRO para que este possa fazer suas  
108 indicações. Salienta que esse assunto não estava na pauta enviada inicialmente,  
109 então o melhor seria oportunizar a todos os conselheiros a participação nesse  
110 Comitê, que poderia ser feito através de manifestação via e-mail dos interessados  
111 e definição final na reunião ordinária de março. A conselheira Solange Arrolho diz  
112 que gostaria de parabenizar o pessoal da UFMT e o professor Ibraim, que  
113 apresentou o projeto importantíssimo, com recursos do Finep. Enfatiza que  
114 parcerias são ótimas, não só no comitê de monitoramento, mas a UNEMAT e a  
115 UFMT podem estar estreitando parcerias. Destaca o quanto que um projeto desta  
116 monta, com esse cunho social, científico, é importante para o Mato Grosso e  
117 principalmente em uma região que está sendo tão castigada como o Pantanal.  
118 Registra a parceria de sempre do Profi Água com o CEHIDRO, SEMA, e no que  
119 precisar. O conselheiro Ibraim Fantin agradece e convida a conselheira para uma  
120 conversa no particular para estreitar essa relação. O conselheiro Walter Junior pede  
121 a palavra. Destaca a importância de um trabalho como esse e se coloca à  
122 disposição previamente para fazer parte do comitê de monitoramento. Diz acreditar  
123 que a plenária pode votar já nesse momento, porém, concorda que realmente foi  
124 algo de última hora e o ideal seria que fosse realmente formalizado através de um





125 ofício. O conselheiro José Roberto pede a palavra. Parabeniza o professor Ibraim,  
126 e em nome dele toda a equipe que está desenvolvendo esse trabalho muito  
127 importante para o estado do Mato Grosso. Diz que não viu uma referência  
128 interligando com a água subterrânea. Destaca que temos uma interface muito  
129 grande porque a água no fundo, no fundo é a mesma água. Defende que é  
130 importante talvez desenvolver um braço nesse estudo, para compor o que nós já  
131 temos de poços perfurados cadastrados na SEMA, para entendermos um pouco da  
132 dinâmica da água no seu ciclo total. Sugere também outro trabalho muito  
133 importante, explica que nós dependemos muito de recargas que vão alimentar os  
134 aquíferos e que também por sua vez vão sustentar os córregos e rios de modo geral.  
135 Então, é muito importante o mapeamento de áreas de recarga nessa região e em  
136 todo o estado do Mato Grosso. Salienta que é importante porque percebemos que  
137 os municípios vão se desenvolvendo de uma forma aleatória, sem considerar as  
138 áreas de recarga e às vezes impermeabilizando áreas importantes que deveriam  
139 ser preservadas, justamente para facilitar a infiltração de água e manter um ciclo  
140 mais adequado possível para que haja realmente uma perenidade no recurso  
141 hídrico. Comenta que recentemente vimos que o governo do Mato Grosso  
142 estabeleceu um convênio com a APROFIR, onde foi contratada a Universidade de  
143 Viçosa que vai fazer um trabalho muito amplo em todo o estado, para justamente  
144 verificar a questão hídrica, a segurança hídrica, uma vez que o estado é bastante  
145 dependente da agricultura, do agronegócio, que consome setenta por cento da água  
146 doce do planeta. Então, o estado preocupado com isso contratou a APROFIR, que  
147 através da Universidade de Viçosa, lhe parece ter um braço também da  
148 Universidade de Nebraska, para fazer um trabalho mais amplo que envolve todo o  
149 estado dividido em regiões, para que pudéssemos entender melhor toda essa  
150 dinâmica da água. Diz acreditar que é nesse viés que precisamos entender melhor  
151 como que funciona, como que essa água está se comportando nas suas diversas  
152 partes, e considerando também que a SEMA tem um projeto de mapeamento.  
153 Então, acredita que temos que desenvolver uma conexão com todos esses  
154 trabalhos para conseguirmos efetivamente ter um mapa mais seguro do que  
155 acontece com a nossa água aqui no estado de Mato Grosso. O conselheiro Ibraim





156 Fantin diz que realmente a água subterrânea é o desafio do estado do Mato Grosso,  
157 justamente pela pressão que está sendo exercida sobre ela. É um desafio quando  
158 esquecemos que é a água subterrânea que irá manter os rios no momento que mais  
159 precisamos da água. Então, é extremamente relevante essa análise. Diz que em  
160 relação às áreas de recarga, que dos pontos que o conselheiro José Roberto trouxe,  
161 é o que mais é esquecido no planejamento. Diz acreditar que o zoneamento  
162 ecológico econômico está sendo revisado e seria o momento oportuno de trazer a  
163 indicação dessas áreas e conseqüentemente algum tipo de proteção, dado a  
164 necessidade de que ali temos que realimentar. Diz que sempre comenta que  
165 quando há exaustão da água subterrânea é quase que um impacto irreversível, o  
166 colapso dos poros das rochas permite que aquela fonte de recurso fique exaurida.  
167 Então, é um tema que temos que debater. Diz ver que a revisão do plano estadual  
168 de recursos hídricos, com definição de área de restrição hídrica, vai ser tratado em  
169 breve e o zoneamento ecológico também poderia ser uma oportunidade para trazer  
170 para tratar nesse tempo. A conselheira Juliana Freitas diz que concorda com o José  
171 Roberto. Acredita ser importante também falar como geóloga, e começarmos a falar  
172 nesses estudos de recursos hídricos e monitoramento de uma forma mais ampla  
173 abrangendo as águas subterrâneas. Diz que falamos bastante da água superficial,  
174 ela é importante, ela é alimentada ou influência na recarga do aquífero. Temos  
175 essas áreas de preservação, essas áreas de recarga que não conhecemos na zona  
176 do Pantanal, mas não temos muitas informações de Estudos hidrológicos no estado.  
177 Diz que seria interessante ser por via de ofício para podermos ler e entender melhor  
178 esse estudo que está sendo desenvolvido pela UFMT. Salienta que não só de  
179 quantitativo, de reserva permanente, temos também que saber das reservas  
180 renováveis, isso tudo é importante para a gestão, para a gestão poder outorgar um  
181 quantitativo que não vai exaurir os aquíferos. Diz que a análise química nos  
182 permitiria saber a qualidade dessas águas subterrâneas. Temos essa impressão de  
183 que as águas subterrâneas são sempre de ótima qualidade, mas nem sempre.  
184 Algumas vezes elas vão precisar de tratamento, as vezes são condições naturais  
185 das rochas ou essas condições são antrópicas. Precisamos conhecer e entender,  
186 para saber o que é contaminação e o que não é. O conselheiro Walter Junior





187 pergunta se existe essa previsão de ter uma revisão do plano estadual de recursos  
188 hídricos, conforme comentado pelo professor Ibraim. Salienta que existem duas  
189 preocupações, uma que o plano é de dois mil e nove e o certo é uma revisão a cada  
190 dez anos. Nós já estamos em dois mil e vinte e quatro, então já passou um pouco  
191 do momento de fazer a revisão e atualizar todas as informações e também dar uma  
192 inovada com essas questões de área de recarga, e tudo mais. A segunda  
193 preocupação é a participação, principalmente do Conselho, se tem essa previsão.  
194 O Secretário Executivo responde que em relação à revisão do plano estadual de  
195 recursos hídricos, a nossa lei foi bem clara, a revisão do plano estadual de recursos  
196 hídricos será feita assim que for necessário. Diz que de fato sim, nós temos que  
197 rever o nosso plano e pelo nosso planejamento, a revisão do plano vai ser iniciada  
198 em dois mil e vinte e cinco. Então, já colocamos no nosso PTA os custos para  
199 começarmos a trabalhar no ano de dois mil e vinte e cinco. Destaca que obviamente  
200 que o conselho vai estar integrado, porque quem aprova o plano é o conselho  
201 estadual de recursos. E em um segundo momento, é chancelado pelo governo, mas  
202 quem aprova é o conselho, automaticamente ele vai estar envolvido diretamente  
203 com as questões de revisão do plano estadual. A conselheira Leonice Lotufo  
204 pergunta ao professor Ibraim se esse projeto, essa rede de monitoramento, como é  
205 de gestão de segurança alimentar, se tem uma previsão, se pode ser  
206 complementado, se pode ter uma segunda fase para poder contemplar essas  
207 necessidades, porque sabemos que se o projeto de água superficial custa X, de  
208 água subterrânea vai ser X mais Y mais Z. Questiona se existe uma previsão, uma  
209 pretensão, uma vontade de que isso possa vir a acontecer para melhorar um pouco  
210 a questão da gestão de uma maneira geral de todo o balanço hídrico. O conselheiro  
211 Ibraim Fantin responde que a Finep, que é a instituição que está financiando esse  
212 projeto, normalmente faz Edital fixo não tendo previsão para novos aportes de  
213 recurso. Mas, destaca que acabaram montando um projeto especialmente sobre  
214 água subterrânea no rio Cuiabá, que é no BID Pantanal, mas nesse projeto a  
215 cobertura está bem pequena e o pé está bem grande, então, sempre estamos  
216 tentando tapar. Diz que estão em processo de negociação, que encaminharam uma  
217 proposta para monitoramento, segurança hídrica, especialmente de pequenas





218 comunidades rurais que demandam de água. Diz que complementando o que a  
219 colega trouxe, o Pantanal apesar de ser conhecido como a maior área inundada do  
220 mundo, ele tem problemas com qualidade de água subterrânea. Então, o uso de  
221 água bruta subterrânea, tem um comprometimento de sua qualidade. Salienta que  
222 precisamos atacar, para garantir a segurança hídrica e a saúde das populações que  
223 dependem dessa água. Destaca que sempre que aparecem esses editais e  
224 oportunidades para submissão em nossa área de atuação aqui na região do  
225 Paraguai, na região do Cuiabá, sempre tentamos trazer recursos para incrementar  
226 nossas pesquisas, mas infelizmente não temos nada aqui, pelo menos a curto  
227 prazo. O conselheiro José Roberto diz que uma sugestão também é o Banco  
228 Mundial, que tem uma verba, que pela última vez que viu, era alguma coisa em  
229 torno de setecentos milhões, mas não lembra se é dólar ou reais, para investir em  
230 estudos de água na América do Sul. Salienta que vale a pena dar uma olhada nisso.  
231 E a Universidade têm grande capacidade. Diz que pelo que entendeu, não existe  
232 projeto, existe o recurso, mas não existem projetos bem feitos para captar esses  
233 recursos. O conselheiro Ibraim Fantin diz que vai chamar o conselheiro José  
234 Roberto no privado, para que o mesmo informe essa conexão para que a  
235 Universidade vá atrás disso. Finda as manifestações, restou definido que o  
236 conselheiro Ibraim Fantin deve enviar um ofício à Secretaria Executiva, convidando  
237 o CEHIDRO a fazer parte do Comitê de Acompanhamento do projeto de  
238 "Monitoramento dos Recursos Hídricos para Implementação de Políticas Públicas  
239 que Garantam Segurança Hídrica e Alimentar no Sistema Planalto-Pantanal", que  
240 será enviado a todos os conselheiros para conhecimento e manifestação de  
241 interesse e a definição dos representantes será feita na 105ª reunião ordinária do  
242 conselho. Na sequência, passou-se aos esclarecimentos por parte da SEMA quanto  
243 aos problemas enfrentados por técnicos e usuários do sistema Siga Hídrico. O  
244 Secretário Executivo expõe que todas as solicitações de outorga no estado de Mato  
245 Grosso, seja ela superficial, subterrânea ou mesmo diluição de afluentes é feita pelo  
246 sistema Siga Hídrico. Diz que a secretaria executiva recebeu duas demandas, uma  
247 pela ABAS, através do conselheiro José Roberto, e outra pela AGEMAT, através da  
248 conselheira Juliana Freitas, e as encaminhou ao setor de TI, e ao setor de suporte





249 da SEMA. Diz que o superintendente de tecnologia da informação, o Sr. Gilvane  
250 lork, está online. E, estão presentes também, a superintendente de educação  
251 ambiental e atendimento ao cidadão, a Sra. Juliana Menezes de Carvalho, e o  
252 coordenador de atendimento ao cidadão, o Sr. Joelmes Jesus da Costa Junior,  
253 responsáveis pelo suporte. Expõe que como os questionamentos da conselheira  
254 Juliana Freitas foram mais específicas, gostaria que a mesma expusesse suas  
255 preocupações para manifestação da SEMA. A conselheira Juliana Freitas diz que  
256 não sabe se chegou para todos o e-mail com os questionamentos, mas que tinha  
257 feito basicamente uma listagem do que é discutido no grupo da AGEMAT. Diz que  
258 lá todos os profissionais contribuem com os problemas que estão passando, com  
259 os chamados que abrem e todo mundo tem trocas de como resolver, e tentamos se  
260 ajudar, mas quando não conseguimos dependemos de resolução do chamado  
261 mesmo, e muitos chamados ficaram paralisados por muito tempo e não temos  
262 prazo. Aponta que encontramos processos travados por conta da ferramenta  
263 revisão, as pessoas falam muito que essa ferramenta de revisão é problemática  
264 desde a criação dela e que os chamados ficam meses travados, quando esse  
265 processo vai para a revisão. Explica que dentro da revisão o processo trava na caixa  
266 de entrada do técnico ou o processo quando sai da caixa de entrada técnica trava  
267 porque ele gera taxas indevidas na hora que ele sai da revisão, ele fica no limbo e  
268 ele demora muito para voltar para análise. E nisso, quando vai para revisão abrimos  
269 mais de um chamado, porque o primeiro chamado é para sair da caixa de entrada  
270 e o segundo chamado é para falar das taxas indevidas. Depois, temos os  
271 requerimentos com problemas no vínculo do CAR, que aparecem alertas indicando  
272 a inexistência do CAR na base ou pendência no CAR, e ficamos sem entender o  
273 que está acontecendo com esse CAR, por que está tendo influência no processo de  
274 outorga. Também temos requerimentos com as taxas quitadas que demoram para  
275 ter o reconhecimento desse pagamento, e aí o processo fica parado também até  
276 que seja reconhecido, em tese era para ser em três horas pelo que a Érica tinha  
277 nos falado na época, era para ser rápido depois da taxa quitada ela ser reconhecida  
278 em até três horas, mas as vezes demora mais de uma semana, e aí temos que abrir  
279 chamado para resolver essa situação, tem que mandar comprovante, várias coisas.





280 Outra situação, são os requerimentos com problemas no vínculo do CEP. As  
281 pessoas comentaram muito, principalmente em imóveis rurais com CAR, mas  
282 também temos que informar o CEP. Diz ser meio confuso, porque quando  
283 colocamos a coordenada e a informação do ponto do CAR, o Siga Hídrico ainda  
284 incluiu a necessidade de informar o CEP, e às vezes isso trava o processo. Sendo  
285 que já temos informação do CAR, já temos a área do CAR, e aí ainda temos que  
286 informar o CEP e muitas vezes esse CEP é rural e dá problema. Diz que  
287 recentemente foram informados de que a base de dados utilizada é a dos Correios,  
288 mas todo mundo usa a base de dados dos Correios e estava com problema de  
289 vínculo com a base de dados dos Correios porque ela foi atualizada, só que ela foi  
290 atualizada recente. E todo mundo que constrói o processo, pelo menos que  
291 conversaram no grupo da AGEMAT, usa a base de dados dos Correios, então o  
292 que está errado nesse CEP afinal. Questiona qual a necessidade desse CEP,  
293 quando se trata de imóvel que já está colocando o CAR. Diz que outro  
294 questionamento, é quanto aos chamados abertos não terem prazo. Destaca que  
295 questiona prazo, porque são muito cobrados como técnicos. Então, precisam de  
296 prazo para passar essa resolução ou pelo menos um prazo para dar um retorno,  
297 uma satisfação. Diz que tem pessoas com chamados abertos há meses, que só  
298 está recebendo o retorno agora em dois mil vinte e quatro. Chamados abertos no  
299 meio do ano passado, no final do ano passado, e que só agora em janeiro, fevereiro,  
300 está tendo o retorno do suporte, é muito tempo para dar um retorno para alguém.  
301 Diz que muitas pessoas questionaram se o suporte vai ter essas melhorias para dar  
302 retorno de tempo, de prazo de resolução ou de retorno, de uma transparência para  
303 andamento dessa solução. Sugere que talvez seja importante uma resolução, uma  
304 normativa, uma legislação que trate sobre esses prazos e procedimentos de  
305 atendimento do suporte. O Secretário Executivo passa a palavra aos responsáveis  
306 pelo suporte da SEMA, apontando que os mesmos devem responder apenas o que  
307 lhes competem. O Sr. Joelmes Junior diz que é o responsável pelo primeiro  
308 atendimento. Explica como funciona o suporte de atendimento. Diz que é  
309 responsável pela coordenadoria da CATE, que é esse primeiro atendimento onde  
310 colhemos as informações através do Whatsapp, onde vocês relatam os problemas,





311 e nós colhemos as informações necessárias e destinamos para o nível dois, que  
312 consideramos que é a parte da TI, quando é problema de sistemas, e tem um nível  
313 três, que é a parte técnica do hídrico. Então assim, nesse primeiro momento quando  
314 pegamos o chamado e relatamos, destinamos para o nível dois. Diz que  
315 compreende perfeitamente, realmente está demorando demais os chamados, dá  
316 total razão aos usuários, porém, hoje o suporte sofre com falta de pessoal, de mais  
317 pessoas para poder realizar atendimento. Expõe que o primeiro suporte de  
318 atendimento chegou a ter duas, três pessoas para atender a demanda de todo  
319 mundo. Então assim, estamos buscando melhorias, estamos buscando mais  
320 pessoas, contratações de mais técnicos para atender a demanda que vem surgindo.  
321 Nesse primeiro atendimento, que a CATE é responsável, nós sempre estamos  
322 buscando a maior resolução, porém, não temos como saber a complexidade dos  
323 erros que acontecem no sistema, as dúvidas técnicas, o problema do sistema não  
324 temos como resolver, dependemos do respaldo da parte da TI, para poder dar  
325 resposta para vocês. Aponta que outras condições que foram levantadas de erros  
326 do sistema, que temos conhecimento, serão melhor explicadas pela equipe de TI.  
327 A superintendente de educação ambiental e atendimento ao cidadão, a Sra. Juliana  
328 Carvalho, diz que no atendimento nós fazemos esse primeiro suporte e fazemos a  
329 triagem, entendemos se é um erro de sistema ou usabilidade. Então, dentro do que  
330 compete a CATE, nós estamos trabalhando em tutoriais, perguntas frequentes para  
331 apoiar o cidadão quando o problema é de usabilidade e aí, quando é um problema  
332 de sistema encaminharemos para o próximo atendimento. Diz que quanto a  
333 pergunta que a Juliana também fez, se vai ter uma normatização, alguma coisa  
334 nesse sentido, hoje o atendimento não fixa prazos porque muita coisa ele depende  
335 de outros setores para responder, mas é sim uma alternativa que podemos  
336 conversar internamente, fazendo essa normativa ela é multissetorial, ela não  
337 depende só desse primeiro atendimento, ela depende também de outros setores,  
338 mas é uma discussão que podemos sim fazer internamente. O Secretário Executivo  
339 expõe que a Memora não está mais junto à superintendência de recursos hídricos,  
340 a Memora não dá mais suporte para o sistema Siga Hídrico, quem dá o suporte hoje  
341 dos questionamentos é a nossa superintendência de tecnologia da informação.





342 Hoje, as demandas internas, por exemplo o nosso técnico da área está fazendo  
343 uma análise do processo ele detecta um problema, não consegue abrir um  
344 documento, ele abre um chamado “redmine” e esse chamado é encaminhado para  
345 a superintendência de tecnologia da informação. Para o público externo, a única  
346 forma de ser atendido hoje, não é por e-mail, não é por telefone, é única e  
347 exclusivamente pelo Whatsapp do suporte CATE. Esclarece que, mesmo que às  
348 vezes acabem mandando e-mail para ele, não conseguirá responder porque não  
349 tem autonomia. Ressalta que a definição da SEMA é esta, e é o que temos que  
350 seguir. A conselheira Alessandra Panizi solicita que o número do Whatsapp do  
351 suporte seja colocado no chat. O conselheiro José Roberto pergunta se essa  
352 superintendência é da SEMA. O Secretário Executivo diz que vai colocar o número  
353 do Whatsapp do suporte CATE no chat, conforme solicitado. Responde que é sim  
354 uma superintendência pertencente a estrutura organizacional da SEMA, com  
355 servidores de carreira, apesar de poucos. Após, passa a palavra ao superintendente  
356 de tecnologia da informação, o Sr. Gilvane Iork. Que diz que tem em mãos os  
357 questionamentos feitos por e-mail, pela conselheira Juliana Freitas e, tentará  
358 responde-los na medida do possível. Expõe que é muito importante ter somente  
359 uma entrada em um canal de comunicação com a SEMA, porque ali junto com o  
360 Junior e com a Juliana, que é a CATE, é onde recebemos os problemas que os  
361 usuários estão enfrentando, para que possamos tomar as medidas necessárias.  
362 Como foi falado, a TI é uma equipe pequena para a quantidade de sistemas que  
363 cuidamos na SEMA. Porém, no hídrico temos um analista que deixamos específico  
364 para cuidar desses chamados. No entanto, são muitos chamados e muitas coisas  
365 complexas que chegam. Explica que o problema da ferramenta de revisão demora  
366 porque cada problema que chega temos que investigar, porque pode ser N  
367 problemas. Então, precisamos investigar um por um, entrar em base, tentar simular  
368 o problema, quanto mais informações chegarem para nós melhor, quanto menos  
369 informações mais tempo nós vamos demorar para conseguir responder. Mas esses  
370 problemas de revisão que estão chegando estamos, na medida do possível,  
371 tratando um por um. As vezes tem casos que são semelhantes, então um caso  
372 resolve vários. Salienta que é prioridade para a TI fazer com que as ferramentas





373 que estão travadas no sistema funcionem perfeitamente. A questão número 2,  
374 requerimentos que não permitem vínculo do CAR. Todos os requerimentos que  
375 chegaram para a TI, nós fomos verificar e alguma coisa do CAR não estava  
376 deixando ele continuar, teria a necessidade de verificar se o CAR está válido para  
377 o processo continuar. Então, todos os casos que nós pegamos de CAR, todos eles  
378 tinham algum problema no cadastro e teria que entrar em contato com o setor de  
379 Cadastro Ambiental Rural para saber se esse CAR está validado ou não. A  
380 conselheira Juliana Freitas diz que terá que contradize-lo nisso, pois tiveram casos  
381 sim em que o CAR estava Ok, mas que o problema persistiu. O Sr. Gilvane diz que  
382 está falando dos casos que chegaram para ele, e nesses casos não tinha nenhum  
383 CAR válido, mas seria interessante para a TI pegar esse caso com CAR válido para  
384 investigar. Quanto a terceira pergunta, requerimentos com as taxas quitadas sem  
385 reconhecimento do pagamento. Diz saber que teve um gargalo muito grande com  
386 essas taxas que não estavam sendo tratadas pelo sistema. Explica que  
387 desenvolveram um serviço chamado mensageria, essa mensageria é como se fosse  
388 um robzinho que pegava todos os problemas que estavam travados e verificava  
389 novamente para que o processo andasse. Essa mensageria já está funcionando,  
390 nós estamos acompanhando, então, esses casos já estão andando. Acredita que  
391 em pouco tempo nós já não tenhamos mais esses problemas de taxa, que essa  
392 mensageria trata. Solicita um pouco mais de paciência, pois acredita que nos  
393 próximos dias a TI consiga zerar a fila que está com esse problema. Mas se  
394 acontecer esse problema novamente, entrem em contato com a CATE, a CATE  
395 passa para a TI que este irá verificar porque a mensageria não está funcionando e  
396 possamos melhorar esse serviço. A conselheira Juliana Freitas pergunta se a TI  
397 reparou que o sistema emite taxas depois da revisão, e essas taxas não deveriam  
398 estar sendo emitidas novamente. Vocês estão também olhando isso, vendo que os  
399 usuários estão recebendo. Salienta que está falando isso porque as pessoas, os  
400 profissionais, eles são pegos de surpresa e os usuários de água também estão  
401 sendo pegos de surpresa com mais taxas. Salienta que tivemos uma mudança de  
402 legislação que acaba gerando um pouco de dúvida nas pessoas. E é claro que cada  
403 empresa vai seguir uma diretriz de como avisar esses usuários, mas nós





404 desesperadamente temos que correr atrás das pessoas para que elas não paguem,  
405 porque chega tanto no e-mail do técnico como também chega no e-mail do titular,  
406 de todo mundo que é envolvido no processo. Então, aí vira um desespero para sair  
407 avisando para todo mundo não pagar. E não é só isso, também está gerando taxa  
408 quando fazemos alteração de outorga, alteração para inclusão de um ponto e aí o  
409 sistema está pegando todos os outros pontos que já estão outorgados e não vão ter  
410 alteração e incluindo na taxa. O Sr. Gilvane lork diz que sobre a emissão de taxa  
411 não saberá responder, mas que é o setor de recursos hídricos que passa para a TI  
412 quais são os momentos de emissão de taxa, e se tem algo de errado devemos  
413 verificar o por que está acontecendo isso. A conselheira Juliana Freitas diz que  
414 entende, mas que está comentando porque seria bom a TI investigar profundamente  
415 todas as questões relacionadas a taxa, não só em relação à quitação da taxa, mas  
416 outras questões relacionadas a emissão de taxa. Comenta que na revisão, mesmo  
417 que a taxa tenha sido aproveitada, às vezes quando o processo já passou por essa  
418 fase e aí vai para revisão, sai da revisão e tem que pagar de novo, quinze UPF.  
419 Nesses trâmites, nesse vai e volta de processo, parece que se para em algum  
420 momento sai a emissão de taxa, e não sabe por que o sistema faz isso constante.  
421 O Sr. Gilvane lork diz que a equipe da TI já está ciente desse problema. Quanto ao  
422 requerimento com problemas no vínculo do CEP. Diz que esse problema chegou na  
423 TI, e nós fomos investigar isso a nível de sistema. Explica que quando os sistemas  
424 da SEMA entram em contato com os sistemas da SEFAZ, ela pede para que nós  
425 passemos o CEP que nós temos na base para que eles gerem o DAR. Quando a  
426 gente passa um CEP e o sistema da SEFAZ não reconhece esse CEP por algum  
427 motivo, ela retorna para nós a mensagem, e nós colocamos essa mensagem na  
428 tela. Diz que sistematicamente falando, dentro dos sistemas que conversam é isso  
429 que está acontecendo. Diz que precisa conversar com a SEFAZ, se existe alguma  
430 forma de gerar esse DAR sem precisar desse CEP, porque esse CEP está na nossa  
431 base e quando nós passamos essa informação para a SEFAZ é ela que retorna  
432 para nós essa informação de erro. A conselheira Juliana Freitas destaca que  
433 também é preciso entender por que em zona rural que temos o CAR vinculado no  
434 processo, temos a necessidade de digitar mais uma informação para o sistema que





435 pode gerar um erro e uma trava extra, sendo que já temos o CAR que já é uma  
436 informação bem robusta. As limitações da minha área, de onde vai ser meu ponto  
437 de captação, já tem coordenada, já tem informação na base da SEMA. Destaca que  
438 quanto mais informações vai pedindo, mais travas temos, mais problemas vamos  
439 gerando ali. Defende que o sistema deveria conversar com as outras bases de  
440 dados da SEMA, ANA e CPRM. O Sr. Gilvane lork diz que entende, mas que quando  
441 se trabalha com sistema de terceiros, como é o caso da SEFAZ, temos que passar  
442 as informações que eles pedem. O Secretário Executivo diz que quando essa  
443 demanda passou por ele, pediu para o pessoal entrar porque a tela que tem acesso  
444 não é a mesma da área técnica que também não é a mesma tela dos usuários. E  
445 de fato estava com esse problema do CEP em áreas rurais, e nós passamos essa  
446 demanda para a TI. Explica que hoje, se for bug consegue se resolver, bug é alguma  
447 coisa que foi planejado mas não está funcionando perfeitamente. E fora isso, é  
448 tratado como melhoria, e melhoria neste momento não vai ser feito. Diz que  
449 questionou a TI de como as pessoas vão resolver a questão do CEP de uma área  
450 rural, pois não existe CEP de área rural. Diz que lhe informaram que poderia ser  
451 usado o CEP do município e região ou da prefeitura. Salienta que argumentou que  
452 aí, não estaríamos usando o sistema e sim uma alternativa para fazer o processo  
453 rodar. Esclarece que essa demanda já foi passada para a TI, mas não sabe se essa  
454 alternativa apresentada é viável. O Sr. Gilvane lork diz que estão fazendo algumas  
455 contratações, estão mudando um pouco a forma de trabalhar internamente. A TI  
456 está fazendo implantação de outro sistema, de gestão florestal, e a partir do  
457 momento em que esses sistemas estiverem implantados nós vamos ter um pouco  
458 mais de folga para que possamos, com a equipe que temos aqui, sem precisar de  
459 contratação, dar um pouco mais de folego. Quanto as melhorias do sistema não  
460 serem feitas agora, estamos dando preferência para resolver os panes que temos  
461 hoje, para fazer o sistema funcionar da melhor forma possível, para que depois  
462 possamos fazer as melhorias. Salienta que internamente a TI está trabalhando para  
463 ser o mais eficiente possível, com as pessoas que temos, para fazer funcionar. A  
464 conselheira Juliana Freitas diz que entende que a SEMA está buscando melhorias  
465 e tudo mais, que têm pessoal limitado. No entanto, nas últimas reuniões temos





466 sempre ouvido isso, não é de hoje, dessa reunião. E nós também precisamos saber  
467 quando que esse cenário vai mudar, porque nas últimas reuniões também ouvimos  
468 que não tinha pessoal, ouvimos que estava com bug nisso e naquilo, mas que é  
469 pontual. Diz que falou da revisão, mas para se aprofundar também no tópico do  
470 problema da ferramenta revisão, questiona por que ela dá tanto problema. Se o de  
471 taxas era por uma questão e vocês criaram um robô que faz uma varredura e etc.,  
472 a revisão talvez precise dessa varredura para que essas soluções sejam mais  
473 rápidas para serem resolvidas, já que a ferramenta revisão dá problema. E a  
474 ferramenta revisão, não entendemos por que ela dá problema, porque ela não está  
475 ancorada em nenhum outro sistema, ela não está vinculada a nenhuma outra base,  
476 igual a de taxa está ancorada. Sabemos que nessas ancoragens vamos ter  
477 problemas constantes, mas revisão está ancorada em quê. Questiona se a TI está  
478 tentando, se já conseguiram entender por que ela dá tanto problema, se já fizeram  
479 uma varredura geral para entender por que acontece isso, precisamos desse  
480 detalhe. O Sr. Gilvane lork diz que o por que sempre está dando problema não  
481 conseguirá responder. Mas pode dizer que a TI pega os casos e tenta resolver o  
482 máximo possível, e tenta arrumar o sistema para que aquele tipo de problema não  
483 volte a acontecer. Diz que precisa levantar mais informações junto a sua equipe  
484 técnica, e que essas informações podem ser solicitadas via CATE. A conselheira  
485 Juliana Freitas diz que já estamos em um ponto em que todas as reuniões estamos  
486 discutindo esses problemas, que são tantas possibilidades de problema. Mas hoje  
487 queremos saber, depois de um ano discutindo sobre problemas de Siga Hídrico,  
488 falta de pessoal, e etc. Quando que nós vamos ter essa equipe completa para fazer  
489 suporte, já que sabemos faz um certo tempo que muitas demandas estão chegando  
490 para o suporte. Então, por que que ainda não tem uma equipe com mais gente no  
491 suporte. Esses problemas recorrentes temos que resolver pontualmente, mas  
492 temos que entender o geral e tentar resolver de uma forma mais geral para eles não  
493 serem mais pontuais e resolvermos de uma vez, ou pelo menos de uma forma mais  
494 definitiva esses problemas. Reforça a importância em se ter um documento, uma  
495 normativa de prazos para a resolução, ou retorno desses chamados. O conselheiro  
496 José Roberto pergunta se a TI está atuando no Siga Hídrico desde o começo. O Sr.





497 Gilvane lork reponde que a TI está atuando no sistema desde que ele foi implantado.  
498 Explica que a Memora desenvolveu o sistema Siga Hídrico, outros sistemas e os  
499 implantou. A SEMA está fazendo agora a licitação de uma outra empresa que vai  
500 fazer a manutenção do sistema, porque a Memora na época foi contratada somente  
501 para o desenvolvimento, e não foram contratados para fazer a manutenção desse  
502 sistema. Diz que provavelmente até o meio do ano já tenhamos a empresa  
503 contratada para a manutenção completa do sistema. E até lá, estamos fazendo  
504 contratações temporárias de técnicos internos e analistas para reforçar a nossa  
505 equipe para dar esse suporte. O conselheiro José Roberto diz que o chato de tudo  
506 isso é que a empresa que desenvolveu o sistema, desenvolveu muito mal. Vamos  
507 para dois anos e meio que o sistema está no ar e até agora nós não vemos  
508 funcionando a contento. O Sr. Gilvane lork diz que a empresa junto com a TI fez  
509 bastante melhorias na implantação. O problema é que com a implantação dos  
510 outros dois sistemas, que a TI se comprometeu a colocar no ar, não pudemos usar  
511 100% essa empresa, que é de desenvolvimento e não de suporte, que foi contratada  
512 para desenvolvimento, para continuar dando suporte. Diz que o suporte hoje, está  
513 com a TI. Salienta que o sistema apresenta alguns problemas sim, mas de modo  
514 geral está funcionando. O conselheiro José Roberto diz que mandou no Whatsapp  
515 do suporte uma lista de processos que estão com o problema da taxa. Explica para  
516 os que não sabem como funciona o sistema que, quando você dá entrada em um  
517 processo na SEMA, ele só vai começar a entrar numa fila para ser analisado depois  
518 que o sistema reconhecer o pagamento da taxa. E esse reconhecimento de  
519 pagamento da taxa não está acontecendo. Demora vinte, trinta, quarenta, até  
520 cinquenta dias, às vezes, para reconhecer uma taxa. Enquanto o sistema não  
521 reconhece a taxa, o processo não anda, fica não sei aonde parado. A conselheira  
522 Juliana Freitas diz que o processo não só fica parado na fila, na verdade toda vez  
523 que o processo para ele não está na fila de análise, ele não está seguindo uma  
524 ordem na fila de análise. Então, as outras coisas que estão fluindo, estão passando  
525 e esses que ficam parados, nesses chamados, vão ficando no limbo. Destaca que  
526 quando protocolamos uma juntada, imediatamente deveria vir um e-mail com as  
527 informações da juntada, para entrar na fila naquela ordem, porque não recebemos





528 nada no momento da juntada, as vezes demora semanas para receber uma  
529 informação sobre a juntada. O conselheiro José Roberto pergunta se a TI já buscou  
530 parceria com a MTI para dar uma celeridade nesse suporte. O Sr. Gilvane lork  
531 responde que a TI já tentou, mas infelizmente a MTI não tem capacidade para dar  
532 esse suporte. O conselheiro José Roberto propõe uma moção de desagravo a  
533 SEMA e também encaminhar uma cópia para o governador, para que haja uma  
534 solução mais urgente disso. O conselheiro Álvaro Leite pede a palavra. Diz que  
535 estava ouvindo muito atentamente a colocação da Juliana e do José Roberto. Diz  
536 que já viveu isso em outros locais, além da SEMA. E por isso pode dizer que  
537 contratar uma empresa para dar manutenção é perda de tempo, que nós temos que  
538 fazer é uma análise e entender que essa ferramenta, que esse sistema precisa ser  
539 feito outro. Diz não ser nenhum especialista, mas vem acompanhando há três anos  
540 como conselheiro essa luta e não vê avanço. Diz não estar dando diagnóstico, afinal  
541 não é nenhum especialista em sistemas, mas talvez esse já seja o entendimento de  
542 pessoas tão capacitadas como Gilvane. Argumenta que essa questão de trazer o  
543 MTI, geralmente não eles não vão meter a mão em algo que alguém fez e está cheio  
544 de bug, cheio de problemas, não conversa com outros sistemas. Então, nós vamos  
545 ter só um problema que nós vamos prolongando. Sugere que talvez contratar essa  
546 empresa para dar manutenção e estabelecer um prazo, e contratar uma outra  
547 empresa para fazer um outro sistema que atenda, porque senão vamos continuar  
548 enfrentando dificuldades. Finda as manifestações, o Secretário Executivo explica  
549 que para que a moção de desagravo proposta pelo conselheiro José Roberto seja  
550 apreciada pela plenária, ela precisa ser apresentada devidamente estruturada, com  
551 uma redação. Solicita que os conselheiros José Roberto e Juliana Freitas  
552 encaminhem uma minuta de moção para ser apreciada na 105ª reunião ordinária  
553 do conselho. Por fim, nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo encerra  
554 a reunião às 16h12min e eu, Danielly Guia da Silva, lavrei esta ATA que será  
555 assinada pela Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de  
556 Recursos Hídricos – CEHIDRO.

557 **Mauren Lazzaretti**  
558 Presidente do CEHIDRO

**Luiz Henrique Magalhães Noquelli**  
Secretário Executivo do CEHIDRO

